**MEMÓRIA DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO CONJUNTO DA**

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA E COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

**DATA:** 21/07/2015

**HORA:** 09h30min

**LOCAL:** Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos / SSRH - Sala dos Conselhos - Rua Bela Cintra, 847 - 14º andar – São Paulo/SP

**PARTICIPANTES:**

Aécio Ferreira Murakami – CBH-PARDO

Ana Lucia Aurélio – SSRH/CRHi (coordenadora)

André Elia Neto – UNICA

Antonio Carlos Coronato – SSRH/DAEE

Ariane Coelho Donatti – SSRH/CRHi

Bruno Cordeiro Leonel – CIESP

Carine D. Martins – P. M. Cajamar

Cláudio Daher Garcia – CBH-BPG

David da Cunha Ferreira – CBH-BS

David Franco Ayub – CBH-ALPA

Elaine Franco de Campos – Agência PCJ

Erivelton Godoy – CBH-PP

Francisco José de Toledo Piza – CBH-AT

Hélio Cesar Suleiman – CBH-TG

Irene Sabatino Pereira Niccioli – CBH-SMG

João Cabrera Filho – FAESP

Luiz A. Carvalho e Silva Brasi – CBH-PCJ

Luiz Otávio Manfré – CBH-BT

Luiz Roberto Barretti – P. M. Piquete

Maria Wanda Iorio – CBH-BS

Mariza Guimarães Prota – SSRH/SABESP (relatora)

Priscila Freire Rocha – FIESP

Priscila Silvério Sleutjes – CBH-ALPA

Ricardo Kenji Oi – CBH-BS

Sandro Roberto Selmo – CBH-PP

Sérgio Razera – Agência PCJ

Vinícius Dias Campos – P. M. Cajamar

**PAUTA:**

Discussão de metodologia de apresentação do impacto da cobrança para os usuários nos processos de revisão, com base nos materiais e orientações previamente encaminhados por e-mail em 03/07 (usuários industriais) e 06/07 (saneamento).

Sra. Ana Lucia iniciou a reunião, lembrando que sua pauta é decorrente dos encaminhamentos da reunião de 02/07 e que, em função da programação das reuniões do CRH, será necessário rever o calendário de atividades para reprogramar as reuniões regionais.

A coordenadora apresentou o material sobre **impacto da cobrança para os usuários industriais**, informando que a metodologia proposta pela ANA foi excluída por sugestão dos membros do GT, que entenderam que ela não seria adequada para apurar o impacto da cobrança para os setores usuários, devido à frágil relação entre mão de obra e consumo de água. Sra. Priscila Rocha informou que sua entidade analisou internamente as metodologias apresentadas e considerou importante avaliar o custo da produção. Considera que a avaliação com base no faturamento é inadequada, pois este engloba lucro, impostos, e outras variáveis que poderão distorcer o resultado. Sr. Sérgio Razera afirmou que é muito difícil coletar dados, exceto no setor sucroalcooleiro que é muito organizado, pois muitas indústrias consideram essas informações como segredo industrial, ao que Sra. Priscila lembrou que há associações e sindicatos de cada setor que dispõem e fornecem dados. Sr. Hélio relatou as dificuldades enfrentadas por ocasião da elaboração do Estudo de Fundamentação de sua bacia, quando procurou dados em sindicatos, associações e na internet e visitou as três grandes empresas da bacia. Não considera essa proposta exequível, pois não foram fornecidos dados separados. Foram obtidos apenas dados de empresas de capital aberto, e dados de classe de capital ou faturamento no sindicato, por categoria patronal. Por essa razão, propõe fazer avaliação por classe industrial. Sra. Priscila Rocha ressaltou a importância de se considerar informações sobre consumo de água no custo de produção, sugerindo realizar uma priorização de indústrias com base na hidrointensividade e porte, ideia apoiada pela representante do CBH-BS, mesmo para indústrias pequenas. Sr. Hélio ressaltou a importância de se desvincular a revisão da cobrança do objetivo de arrecadação e lembrou a importância de se avaliar o lado do usuário e o impacto no setor. Sra. Irene lembrou a dificuldade na obtenção de dados de alguns setores industriais e que, após várias alterações, o Estudo de Fundamentação de sua bacia virou uma miscelânea. Durante a análise das planilhas apresentadas, comentou-se que podem ser utilizados dados de literatura; que alguns custos de produção são sazonais, podendo sofrer variações significativas; que alguns dados do setor sucroalcooleiro são regionais; e que os outros setores não dispõem de dados. Sra. Ana Lucia sugeriu a possibilidade de se prever, no processo de cobrança, uma etapa em que os usuários possam se manifestar sobre o impacto dos valores cobrados na sua empresa. Sr. Sandro propôs que o setor usuário seja consultado agora e Sr. Hélio lembrou que é importante reconstruir o pacto por ocasião da revisão da cobrança. Em resposta ao questionamento sobre o impacto do custo da água na indústria, Sra. Priscila Rocha lembrou que o custo de tratamento e distribuição de água nas fábricas, principalmente quando proveniente de rios de qualidade inferior, já é relevante, por exemplo, quando utilizada em caldeiras, pois exige um alto grau de pureza. A cobrança já provoca impacto atualmente, o que poderá ainda ser acentuado, visto que o PIB da Indústria deste ano deverá ser o menor desde 1950.

A coordenadora apresentou, então, a proposta de que o próprio simulador seja adotado como forma de se avaliar o impacto aos usuários e que os resultados dessa simulação sejam utilizados no Estudo de Fundamentação. Os principais comentários a tal proposta foram: é necessário registrar quantos usuários utilizaram o simulador; é importante definir uma forma de se sistematizar os resultados obtidos, avaliando se os valores obtidos são impactantes para tais empresas, e se elas fazem parte dos setores significativos quanto ao consumo de água naquela bacia; o simulador precisa estar disponível permanentemente; é importante que os comitês se encarreguem de chamar os usuários significativos da bacia. Sr. Hélio lembrou que o sistema atual não possibilita contagem de acessos ou visualização de setores, sendo então necessária a construção de um software complementar para acompanhar tais consultas, que poderia ser financiada pelo CORHI para todos os comitês. Sra. Ana Lucia considera que, por ser uma questão de forma, pode-se deixar esse detalhamento para uma etapa futura, e que deverá constar na deliberação que os comitês precisam fazer a avaliação do impacto ou relatar os impactos resultantes das consultas dos usuários ao simulador. Sra. Priscila comentou que, como tal proposta altera muito a apresentada inicialmente, há necessidade de consultar sua entidade, ao que a coordenadora propôs que a redação da minuta seja iniciada adotando-se o uso do simulador ao invés do estudo de impacto e que, caso haja alguma discordância por parte da FIESP, se analise uma nova proposta posteriormente.

A análise do material enviado contendo as metodologias utilizadas para avaliação do **impacto da cobrança no setor de saneamento** iniciou com considerações da Sra. Mariza, que ressaltou a importância de avaliar o potencial de arrecadação da cobrança por município em relação a parâmetros do município (habitantes ou economias, ou tarifa média), e não receitas ou despesas operacionais das empresas de saneamento. Sra. Wanda lembrou a questão da população flutuante; Sr. Sérgio, ao relatar como foi o processo no CBH-PCJ, informou que os dados foram obtidos no SNIS; e Sr. Coronato lembrou que há variações de outros dados, como população, tarifa, que precisam ser considerados. Sr. Piza considera válido utilizar custos da cobrança em relação a total de habitantes, economias ou por m³, que há outras variáveis que prejudicariam a comparação, como empresas com subsídios ou diferenças operacionais, lembrando que cerca de 70% dos municípios subsidiam a tarifa. Ficou então definido que deverá ser estimado o impacto do novo custo da cobrança em função dos valores de população ou número de economias, extraídos do SEADE, IBGE ou SNIS.

A coordenadora informou que recebeu o parecer da Consultoria Jurídica da SSRH sobre a consulta feita pela CRHi, por solicitação deste GT, referente à possibilidade de aplicação de **correção monetária automática anual nos valores de cobrança** pelo uso de recursos hídricos, que será posteriormente encaminhado aos presentes. Ao apresentar um resumo deste material, destacou que o parecer concluiu que “a disposição de correção monetária automática sobre os valores da cobrança, desprovida de análise ou justificativa, contraria os parâmetros legais que devem ser observados”, e que “a desvalorização da moeda poderá ser mencionada como uma das justificativas para revisão nos estudos financeiros e técnicos”. Sra. Priscila Rocha questionou sobre o impacto na sociedade quanto à questão de recursos acumulados no Fundo, sem aplicação, e que os usuários pagam por esse ônus.

A seguir, a Sra. Ana Lucia apresentou a **lista dos assuntos** que deveriam ser discutidos pelo GT e a situação em que se encontram:

1 - Tabela de coeficientes ponderadores – concluída na reunião passada

2 - Questões interbacias – definida numa das primeiras reuniões

3 - Outros parâmetros para lançamento além da DBO – definido que não deverão ser usados

4 - Limite para valor do PUF de consumo – já definido

5 - Atualização do cadastro de usuários – já definido

6 - Etapas do processo de revisão da cobrança – já definido

7 - Retroatividade e progressividade – já definido

8 - Indicadores dos resultados obtidos – já definido

9 - Impacto da alteração da cobrança para os usuários – finalizado hoje

10 - Conteúdo mínimo a ser apresentado no Estudo de Fundamentação – lista finalizada

11 - Aplicação total dos recursos de acordo com o plano de bacia – já definido

12 - Fixação de novos valores em função da variação do valor da moeda – respondido hoje.

Mostrou então que o material necessário para escrever a deliberação já está definido, e apresentou o **Calendário das atividades**, explicando cada etapa já finalizada. Pelo calendário inicial, haveria uma consulta aos órgãos gestores, relativa à inserção de novos coeficientes ponderadores, a qual foi substituída por novos tópicos de discussão no Fórum, uma vez entendido que os especialistas no assunto encontram-se no próprio GT. A elaboração da minuta, por sua vez, já deveria ter sido iniciada, para possibilitar a realização das reuniões regionais nos CBHs em julho, e a sistematização das contribuições e finalização da minuta em agosto. Considerando o novo calendário de reuniões do CRH – agosto e dezembro, foi apresentado um **calendário alternativo** visando viabilizar a apresentação ao CRH em dezembro:

* Julho – definição da metodologia para avaliação do impacto da revisão dos valores de cobrança para os usuários;
* Agosto – elaboração de proposta de minuta;
* Setembro – reunião geral (CTCOB + CBHs) para apresentação da minuta e prazo para contribuições dos CBHs;
* Outubro – avaliação das contribuições e reunião geral (CTCOB + CBHs) para fechamento da minuta;
* 05/11 – avaliação da minuta de Deliberação pela CTAJI;
* Dezembro – apresentação ao CRH.

A exclusão das reuniões regionais foi questionada, ao que a coordenadora comentou que o calendário atual não permite a organização de reuniões regionais, uma vez que os comitês sempre pedem um prazo para avaliação de qualquer assunto, e uma discussão regional não poderia durar mais que 30 dias para que o cronograma seja cumprido. Lembrou que o material precisa estar disponibilizado no final de outubro, pois essa reunião do CRH é ordinária, e o material deve ser enviado aos conselheiros com 30 dias de antecedência. Sra. Mariza ressaltou a importância de assegurar a representação tripartite neste processo, que pode ficar prejudicada ao se excluir as reuniões regionais, e lembrou que esse grupo não é representativo, pois há participação quase exclusiva de secretários executivos. Sr. Sandro e Sra. Irene lembraram a dificuldade em se discutir revisão de cobrança, pois seus comitês ainda não implantaram a cobrança, mas Sra. Priscila Rocha relembrou que nem todos os comitês internalizaram essa discussão, sendo necessária essa etapa agora. Foi avaliada a proposta, dentre outras, de promover a discussão desse assunto durante o Diálogo Interbacias, convidando membros das Câmaras Técnicas de Cobrança dos comitês, porém foi questionada devido à necessidade de subsídio para a participação dessas pessoas, sendo também descartada. Sr. Manfré propôs que a minuta seja encaminhada para análise em todos os comitês; Sra. Irene propôs que os Grupos de Cobrança fiquem responsáveis por essa atividade, e que os resultados sejam encaminhados por seus coordenadores ou secretários executivos. Sra. Priscila Rocha ressaltou a importância de possibilitar a participação de todos os representantes ligados ao assunto, pois há grande interesse dos representantes locais da FIESP em participar em discussão em cada comitê. Sr. Hélio lembrou que os comitês estão em níveis diferentes de entendimento e que alguns comitês, que já estão cobrança implantada, não têm mais GT atuante, e seus membros terão que ser reconvocados. Sr. Manfré comentou que a discussão deve ser centralizada nos usuários, pois esses são os maiores interessados no assunto. Sra. Wanda comentou que consegue reunir representantes de indústrias de Cubatão quando necessita informações, mas que não há interesse deles em se deslocar, e propôs que cada comitê defina como deverá se dar a discussão em seu colegiado. Sendo assim, ficou estabelecido que:

* A coordenadora enviará um esqueleto da minuta para os membros da CTCOB;
* A reunião da CTCOB, previamente agendada para dia 5, deverá acontecer no dia 12, para discussão da minuta;
* Essa minuta deverá ser finalizada até final de agosto; e
* Deverá ser promovida uma reunião geral para divulgar a minuta aos comitês para discutirem internamente e trazerem os resultados das suas discussões em setembro.

Após estas definições a reunião foi encerrada.

**MATERIAIS RELACIONADOS (enviados 03 e 06/07/2015):**

* Apresentacao\_Impacto.pdf
* CJ Checklist e calendário.pdf

Elaborada por:

Mariza G. Prota

SSRH/SABESP

mprota@sabesp.com.br